

Candidato Tomás Timbane ao Magazine Independente

“Pretendemos mudar a imagem do advogado e combater a procuradoria ilícita”

O advogado Tomás Timbane procedeu, no dia 4 de Março corrente, à entrega da sua candidatura ao cargo de Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM), cujo escrutínio está apazado para o próximo dia 23 de Março. Timbane pretende, no seu programa, caso seja eleito, combater de forma enérgica a proliferação de advogados estrangeiros que, de forma fraudulenta, adquirem a nacionalidade moçambicana e exercem a advocacia no País e mudar a imagem do advogado que, nos últimos dias, é associado ao crime-organizado.

M Xadreqe Gomes

No seu programa de candidatura a Bastonário da OAM, Tomás Timbane, com carteira profissional número 229, promete resolver uma série de problemas que afectam a classe de advogados em Moçambique, nomeadamente a procuradoria ilícita, praticada por nacionais e estrangeiros, que obtêm de forma fraudulenta a nacionalidade moçambicana e exercem a profissão no País.

O seu mandato estará igualmente focalizado na formação e estágio, acesso à justiça, assistência social e fundo de garantia, quotas e custas judiciais, relacionamento institucional, revisão dos estatutos, entre outros assuntos que se propõe atacar se for eleito Bastonário da OAM.

“O nosso compromisso é simples: comprometimento aos princípios e valores da advocacia, em defesa de quem necessita de um aconselhamento ou defesa eficaz, séria, honesta e competente. Ao longo dos anos em que temos exercido a advocacia, compreendemos que, sem uma Ordem forte e coesa, o exercício da advocacia pode revelar-se difícil e incompreendido pelos cidadãos a quem pretende servir, mas a coesão só

pode ser alcançada com muito trabalho e comprometimento aos princípios e valores necessários para o exercício da profissão. Uma boa liderança pode ajudar a alcançar estes nobres objectivos”, disse Timbane, para quem “no nosso país a advocacia é, historicamente, uma segunda profissão para muitos advogados, mas, hoje em dia, com o surgimento e crescimento dos escritórios e/ou das sociedades de advogados e o crescente aumento do número de advogados, parte significativa ainda a exerce como segunda profissão, o que reduz a sua disponibilidade, não só para as actividades da Ordem, como também para o exercício da profissão de advogado em benefício de quem solicita os seus serviços”.

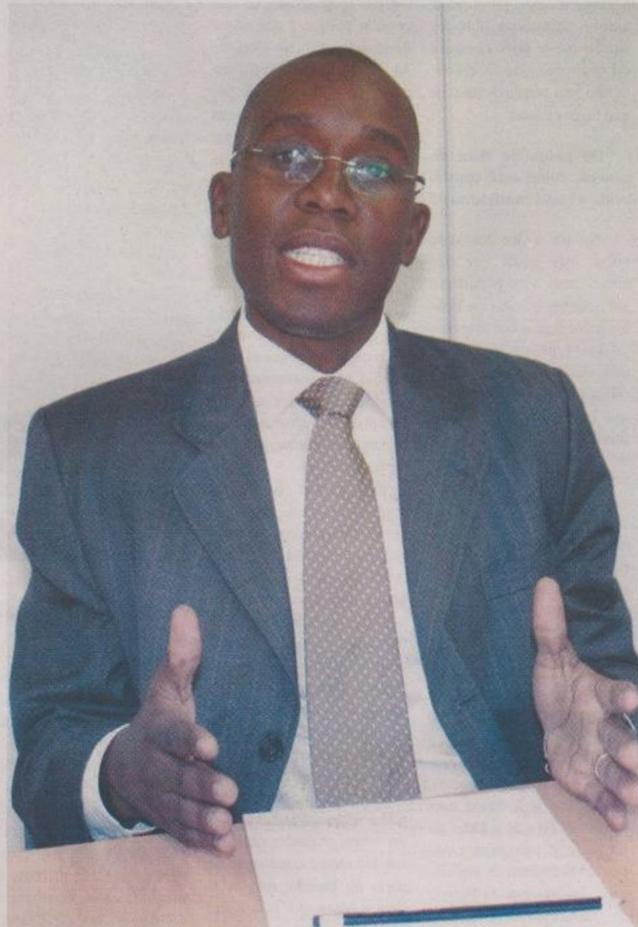
Dando como exemplo, Timbane disse que o regime de defesas oficiais, que merecerá uma cuidada atenção, só pode ser melhor alcançado com um elevado número de advogados.

“Não pode, pois, um advogado recusar-se, de forma sistemática, às defesas oficiais. Do mesmo modo, justificase a regulamentação de um regime de advogado de empresa, o qual, não

podendo ou querendo exercer profissionalmente a advocacia, não pode deixar de cumprir com as suas obrigações enquanto membro da Ordem dos Advogados”, afirmou, para depois elucidar que, quando os actuais órgãos sociais tomaram posse em 2008, existiam no País aproximadamente 400 advogados inscritos, sendo que desses, cerca de 10 por cento estavam com a inscrição suspensa por incompatibilidade, falta de pagamento de quotas ou por vontade própria.

Hoje, cinco anos passados, a Ordem conta com mais de mil advogados inscritos, mas ainda há muitos com inscrição suspensa. Para Timbane, é um número ainda reduzido para a realidade do país, mas que tende a crescer todos os anos, tendo em conta os juristas que, anualmente, são formados pelas diversas faculdades e escolas de Direito moçambicanas.

“A sociedade moçambicana, cada vez mais exigente, reclama um serviço jurídico de qualidade, independentemente de quem o presta (Advogado, Técnico Jurídico ou Magistrado). É comum ouvir dizer que os advogados defendem criminosos ou que, eles próprios,



Tomás Timbane, candidato à Bastonário da Ordem dos Advogados

são ou aliam-se aos criminosos. É uma percepção que, para além de dever ser afastada, deve ser combatida. Mais do que isso, a difusão de informação sobre o papel do advogado é importante, pois só assim o cidadão comum, mas também os demais profissionais forenses, podem compreender o relevante papel do advogado na sociedade”.

Timbane disse que o seu elenco está preocupado em mudar a imagem do advogado (que alguns casos é suspeito de estar associado ao crime organizado), não só perante a sociedade, mas também perante os demais profis-

sionais do sector da administração da Justiça. Para ele, o advogado não pode ser visto como um empecilho à realização da Justiça, mas sim como um interveniente importante para a mesma, não só através da defesa dos interesses dos cidadãos, como também do Estado, nos casos em que a intervenção carece de um acompanhamento técnico-jurídico.

No âmbito da mudança de imagem, o candidato disse que justifica-se a participação da sociedade civil no órgão de disciplina da Ordem dos Advogados, pois isso poderá tornar o seu funcionamento

mais transparente aos olhos da sociedade.

Capacitação dos advogados aos desafios actuais

No capítulo de formação dos advogados que exercem a advocacia em Moçambique, Timbane disse que a mesma revela-se de capital importância, uma vez que é reconhecido o deficiente sistema de formação universitária. Os desafios que se colocam ao país requerem uma advocacia cada vez mais especializada para responder aos referidos desafios.

“Moçambique tem

conhecido nos últimos tempos uma enorme avalanche de investidores, empresários e cidadãos de outros países, que aqui procuram oportunidades de investimento, de negócio e de vida. A descoberta de enormes recursos como carvão, gás, petróleo, energia, só para citar alguns exemplos, requer uma informação ou capacidade jurídica muitas vezes especializada, muitas vezes inexistente nos gabinetes governamentais e nos advogados que exercem a advocacia em Moçambique”.

“O exercício da advocacia por estrangeiros, muitas vezes associada a práticas ilícitas, merecerá uma especial atenção, não só porque tem sido preocupação da Ordem estabelecer regras sobre o facto, como também tem sido assistido a uma procura, cada vez mais crescente, de advogados estrangeiros que, sem o cumprimento das regras, exercem de forma ilícita a advocacia”, disse Timbane, frisando que “o apoio do Ministério do Trabalho, da Migração e demais instituições públicas e privadas será importante

para combater estas práticas”.

O nosso interlocutor destacou a necessidade de perceber que “quando falamos de procuradoria ilícita não nos referimos apenas aos estrangeiros, pois há moçambicanos que não são advogados mas estão, a exercer a advocacia. Basta olhar para os jornais há sempre anúncios de empresas que prestam serviços de contabilidade, auditoria, e outros serviços que estão na alçada dos advogados, portanto, queremos combater este tipo de prática”.

Timbane afirmou ainda que será estabelecido um regulamento próprio nesse capítulo de combate à procuradoria ilícita.

Mais de 75 por cento dos membros da Ordem dos Advogados de Moçambique são jovens com menos de 35 anos de idade, devendo por isso serem aproveitados para melhor alcançarem os seus objectivos, dada a sua potencial entrega e disponibilidade para mostrar do que são capazes.

Durante muito tempo, a Ordem dos Advogados não tinha uma base organizativa, institucional

e estratégica para alcançar as metas postas e sufragadas democraticamente pela comunidade dos advogados.

Assim, as eleições de 2008, que revelaram um imenso desejo de mudança, criaram condições para a elaboração do Plano Estratégico 2009/2014. Entretanto, Timbane frisou que a sua candidatura não deixará de usar o referido plano como base de trabalho, pois nele se condensam os problemas, desafios e anseios da Ordem dos Advogados de Moçambique.

Apesar de terem sido identificados muitos dos problemas que a administração da Justiça em geral, e a advocacia em particular enfrentam, não foi possível, até agora, encontrar soluções para todos os problemas, devido à fraca solidariedade e propensão para o individualismo e a fraca participação dos advogados na vida da sua agremiação.

“Muitos desses problemas têm sido atacados de forma clara e directa, mas muito caminho há, ainda, a percorrer. Pretende-se, como se refere no Plano Estratégico, uma



“O exercício da advocacia por estrangeiros, muitas vezes associada a práticas ilícitas, merecerá uma especial atenção

Ordem como uma organização credível, acessível e actuante na defesa dos direitos dos cidadãos e dos seus membros, com altos padrões de gestão e governação interna. Os desafios que se colocam nos dias de hoje exigem uma Ordem forte e responsável, mas comprometida com o desenvolvimento de Moçambique, a nossa Pátria Amada”, realçou Timbane, para depois acrescentar que “desejamos contribuir para o fortalecimento do Estado de Direito democrático em Moçambique, e somos uma equipa jovem, mas experiente que, com o apoio de diversas sensibilidades da advocacia, nos submetemos ao escrutínio democrático. Pretendemos, assim, dinamizar a Ordem dos Advogados de Moçambique, continuando os esforços que, com a intervenção de muitos dos membros desta lista, a actual direcção tem estado a fazer para que possamos ter uma Ordem que desempenhe de forma efectiva as suas atribuições”.

“O problema é que a

maior parte dos advogados não participa na vida da Ordem, vêem a Ordem como um palco eleitoral, é nesse momento em que as pessoas aparecem, mas a Ordem não se resume ao momento eleitoral, é preciso que cada um dê tudo de si em prol de uma Ordem de Advogados forte e credível”, concluiu Timbane.

De referir que um terço do elenco de Timbane faz parte dos órgãos sociais do actual elenco dirigido por Gilberto Correia.

Composição dos órgãos sociais da candidatura de Tomás Timbane

Conselho Nacional

A lista encabeçada por Tomás Timbane, que concorre ao cargo de Bastonário da OAM, inclui os advogados Momed Ussene Popat (Vice-Presidente), Ilda Susana das Neves Salomão Grachane, Hélder Amaral Matlaba, António do Rosário Bernardino Boone, António Jorge

Uchucho, Stayleir Jackson Elias Marroquim, Zaida Maria Sultanegy e Bela Raquel Benjamim Lithuri.

Conselho Jurisdicional

A lista do Conselho Jurisdicional é composta por Isaque Chande (Presidente), José Manuel Roque Gonçalves (Vice-Presidente), Germano Ernesto Mutane (Vice-Presidente), Afliado José Pascoal (Vice-Presidente), Sílvia Jesuína Nicolau Ferreira, Arlindo Ernesto Guilamba, Carlos Joaquim Nogueira Martins, Nelson Osman Paulo Jeque, Horácio de Barros Chimene e Carolina Inês Balate.

Mesa da Assembleia Geral

Na lista de candidatura figuram para a Mesa da Assembleia Geral os nomes dos advogados Filipe Ricardo Mandlate (Presidente), Eduardo Alexandre Chiziane (1º Vogal), Luís Cepeda Loureiro (2º Vogal) e Amina Adão Saide Abdala (Secretária).

